

SUMÁRIO

1. JURISDIÇÃO	51
1.1. Conceito.....	51
1.2. Equivalentes jurisdicionais.....	52
1.2.1. Autotutela.....	52
1.2.2. Formas consensuais de solução de conflitos	53
1.2.2.1. Introdução.....	53
1.2.2.2. Espécies.....	54
1.2.2.2.1. Autocomposição.....	54
1.2.2.2.2. Mediação.....	54
1.2.2.2.3. Tratamento procedimental da conciliação (autocomposição) e mediação..	55
1.2.2.2.3.1. Introdução	55
1.2.2.2.3.2. Centros judiciários de solução consensual de conflitos.....	55
1.2.2.2.3.3. Local físico da conciliação e mediação.....	56
1.2.2.2.3.4. Conciliador e mediador.....	56
1.2.2.2.3.5. Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos....	58
1.2.2.2.3.5.1. Introdução	58
1.2.2.2.3.5.2. Independência.....	58
1.2.2.2.3.5.3. Imparcialidade	58
1.2.2.2.3.5.4. Normalização do conflito.....	58
1.2.2.2.3.5.5. Autonomia da vontade.....	59
1.2.2.2.3.5.6. Confidencialidade	59
1.2.2.2.3.5.7. Oralidade.....	59
1.2.2.2.3.5.8. Informalidade.....	60
1.2.2.2.3.5.9. Decisão informada.....	60
1.2.2.2.3.5.10. Isonomia entre as partes.....	60
1.2.2.2.3.5.11. Busca do consenso.....	61
1.2.2.2.3.6. Cadastros.....	61
1.2.2.2.3.7. Remuneração do conciliador e do mediador.....	61
1.2.2.2.3.8. Impedimento do conciliador e do mediador.....	62
1.2.2.2.3.9. Causas de exclusão	62

1.2.2.3.10.	Solução consensual no âmbito administrativo.....	62
1.2.2.3.11.	Conciliação e mediação extrajudiciais	62
1.2.3.	Arbitragem.....	63
1.3.	Escopos da jurisdição	64
1.4.	Características principais	65
1.4.1.	Caráter substitutivo	65
1.4.2.	Lide	66
1.4.3.	Inércia	67
1.4.4.	Definitividade	68
1.5.	Princípios da jurisdição.....	69
1.5.1.	Investidura.....	69
1.5.2.	Territorialidade (aderência ao território).....	69
1.5.3.	Indelegabilidade.....	70
1.5.4.	Inevitabilidade.....	70
1.5.5.	Inafastabilidade.....	71
1.5.6.	Juiz natural.....	74
1.5.7.	Promotor natural	75
1.6.	Espécies de jurisdição	75
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	76
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	76
1.6.3.	Jurisdição comum e especial	76
1.7.	Jurisdição voluntária	76
1.7.1.	Características.....	76
1.7.1.1.	Obrigatoriedade.....	76
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo.....	76
1.7.1.3.	Juízo de equidade	77
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	77
1.7.2.	Natureza jurídica	78
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo.....	78
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto.....	78
1.7.2.3.	Ausência de lide	78
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados.....	79
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento	79
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material.....	79
1.8.	Tutela jurisdicional	80
1.8.1.	Espécie de crise jurídica.....	80
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais	81
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária.....	83
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais.....	85
1.8.4.1.	Introdução.....	85
1.8.4.2.	Formas de concretização da tutela diferenciada	85
1.8.4.3.	Cláusula geral de negócio jurídico processual.....	86
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade)	87
1.8.6.	Sistema processual	87
2.	AÇÃO.....	93
2.1.	Teorias da ação.....	93
2.1.1.	Teoria imanentista (civilista).....	93
2.1.2.	Teoria concreta da ação.....	94
2.1.3.	Teoria abstrata do direito de ação	94
2.1.4.	Teoria eclética.....	95

2.1.5.	Teoria da asserção.....	96
2.2.	Condições da ação.....	97
2.2.1.	Introdução.....	97
2.2.2.	Possibilidade jurídica do pedido.....	98
2.2.3.	Interesse de agir.....	99
2.2.4.	Legitimidade.....	100
2.3.	Elementos da ação.....	102
2.3.1.	Introdução.....	102
2.3.2.	Partes.....	102
2.3.3.	Pedido.....	104
2.3.3.1.	Certeza e determinação do pedido.....	104
2.3.3.2.	Pedidos genéricos.....	105
2.3.3.2.1.	Universalidade de bens.....	105
2.3.3.2.2.	Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano.....	105
2.3.3.2.3.	Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu.....	107
2.3.3.3.	Pedido implícito.....	107
2.3.3.4.	Cumulação de pedidos.....	109
2.3.3.4.1.	Requisitos para a cumulação dos pedidos.....	109
2.3.3.4.1.1.	Pedidos não podem ser incompatíveis entre si.....	110
2.3.3.4.1.2.	Mesmo juízo competente para todos os pedidos.....	110
2.3.3.4.1.3.	Identidade procedimental.....	111
2.3.3.4.2.	Espécies de cumulação.....	111
2.3.4.	Causa de pedir.....	113
3.	PROCESSO.....	115
3.1.	Introdução.....	115
3.1.1.	Processo como procedimento.....	115
3.1.2.	Processo como contrato.....	115
3.1.3.	Processo como um quase contrato.....	116
3.1.4.	Processo como relação jurídica.....	116
3.1.5.	Processo como situação jurídica.....	116
3.1.6.	Processo como procedimento em contraditório.....	117
3.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório.....	117
3.1.8.	Conclusão.....	117
3.2.	Procedimento.....	117
3.3.	Relação jurídica processual.....	118
3.3.1.	Composição.....	118
3.3.2.	Características.....	118
3.3.3.	Pressupostos processuais.....	119
3.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz).....	120
3.3.3.1.1.	Investidura.....	120
3.3.3.1.2.	Imparcialidade.....	120
3.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes).....	121
3.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte.....	121
3.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo.....	121
3.3.3.2.3.	Capacidade postulatória.....	123
3.3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos.....	123
3.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos.....	123
3.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos.....	124
3.3.3.3.2.1.	Demanda.....	124

3.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta	125
3.3.3.3.2.3.	Citação válida.....	125
3.3.3.3.2.4.	Regularidade formal	125
3.4.	Princípios processuais.....	126
3.4.1.	Devido processo legal.....	126
3.4.2.	Contraditório	126
3.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	127
3.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz.....	128
3.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes.....	128
3.4.2.4.	Contraditório inútil.....	130
3.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado).....	131
3.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório).....	132
3.4.4.	Motivação das decisões	133
3.4.4.1.	Motivação e fundamentação.....	133
3.4.4.2.	Justificativas para a exigência da motivação das decisões judiciais.....	134
3.4.4.3.	Roteiro para a fundamentação das decisões judiciais	134
3.4.4.3.1.	Introdução	134
3.4.4.3.2.	Limitação a indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo.....	135
3.4.4.3.3.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais.....	135
3.4.4.3.4.	Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	136
3.4.4.3.5.	Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente.....	136
3.4.4.3.6.	Aplicação de súmula ou precedente como fundamento do decidir.....	137
3.4.4.3.7.	Distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes	137
3.4.4.4.	Fundamentação <i>per relationem</i>	138
3.4.4.5.	Colisão entre normas.....	139
3.4.5.	Isonomia.....	140
3.4.6.	Publicidade dos atos processuais	141
3.4.7.	Princípio da economia processual.....	143
3.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas.....	144
3.4.9.	Princípio da razoável duração do processo.....	145
3.4.10.	Princípio da cooperação.....	147
3.4.11.	Princípio da boa-fé e lealdade processual	148
3.4.12.	Primazia no julgamento do mérito.....	153
4.	COMPETÊNCIA	155
4.1.	Introdução.....	155
4.2.	Competência relativa e absoluta.....	156
4.2.1.	Competência relativa.....	156
4.2.1.1.	Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	156
4.2.1.2.	Reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	157
4.2.1.3.	Momento para alegação da incompetência relativa	159
4.2.2.	Competência absoluta.....	159
4.2.2.1.	Legitimado para arguir a incompetência absoluta.....	159
4.2.2.2.	Momento de arguição da incompetência absoluta	160
4.2.3.	Identities procedimentais	160
4.2.3.1.	Forma de alegação da incompetência	160
4.2.3.2.	Reconhecimento da incompetência e atos processuais já praticados.....	162
4.3.	Crítérios para fixação da competência.....	163
4.4.	Limites da jurisdição nacional	164

4.4.1.	Introdução – princípio da efetividade.....	164
4.4.2.	Competência internacional concorrente e exclusiva.....	164
4.4.3.	Litispêndência internacional.....	165
4.5.	Espécies de competência.....	166
4.5.1.	Competência territorial.....	166
4.5.1.1.	Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 46 do CPC.....	166
4.5.1.2.	Direito real imobiliário – art. 47 do CPC.....	167
4.5.1.3.	Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e ações em que o espólio for réu – art. 48 do CPC.....	169
4.5.1.4.	Réu ausente – art. 49 do CPC.....	169
4.5.1.5.	Réu incapaz – art. 50 do CPC.....	169
4.5.1.6.	União.....	170
4.5.1.7.	Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF.....	170
4.5.1.8.	Estado ou Distrito Federal.....	171
4.5.1.9.	Ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável – art. 53, I, do CPC.....	171
4.5.1.10.	Ação de alimentos – art. 53, II, do CPC.....	172
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu – art. 53, III, “a”, do CPC.....	173
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 53, III, “b”, do CPC.....	173
4.5.1.13.	Sociedade ou associação que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 53, III, “c”, do CPC.....	174
4.5.1.14.	Obrigação a ser cumprida – art. 53, III, “d”, do CPC.....	174
4.5.1.15.	Direitos previstos no Estatuto do Idoso (art. 53, III, “e”, do CPC).....	174
4.5.1.16.	Sede da serventia notarial ou de registro.....	174
4.5.1.17.	Reparação de dano – art. 53, IV, “a” do CPC.....	175
4.5.1.18.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 53, IV, “b”, do CPC.....	175
4.5.1.19.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 53, V, do CPC.....	175
4.5.2.	Competência funcional.....	176
4.5.2.1.	Conceito.....	176
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta?.....	176
4.5.2.2.1.	Art. 47 do CPC – ações reais imobiliárias.....	177
4.5.2.2.2.	Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública.....	177
4.5.3.	Competência em razão da matéria.....	178
4.5.4.	Competência em razão da pessoa.....	178
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa.....	179
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995.....	179
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001.....	179
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009.....	180
4.5.5.4.	Foros regionais (distritais).....	180
4.6.	Competência da justiça federal.....	181
4.6.1.	Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>).....	181
4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.....	181
4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal.....	181
4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo.....	182
4.6.1.1.3.	União e ação de usucapião.....	182

4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual.....	183
4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta	184
4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”	184
4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”	184
4.6.2.	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	185
4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”	185
4.6.2.2.	Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”	185
4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	185
4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”	185
4.7.	Prorrogação de competência.....	186
4.7.1.	Conceito	186
4.7.2.	Prorrogação legal	186
4.7.2.1.	Conexão e continência	186
4.7.2.1.1.	Conceito.....	186
4.7.2.1.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão	187
4.7.2.1.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos	188
4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	190
4.7.2.2.	Ausência de alegação de incompetência relativa	191
4.7.3.	Prorrogações voluntárias	191
4.7.3.1.	Eleição de foro.....	191
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor	192
4.8.	Prevenção.....	193
4.8.1.	Conceito	193
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição.....	193
4.9.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 43 do CPC	193
4.10.	Competência adequada.....	194
5.	COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL	197
5.1.	Introdução.....	197
5.2.	Sujeitos da cooperação	198
5.3.	Tipos de cooperação.....	198
5.4.	Instrumentos de cooperação	199
5.5.	Atos de cooperação	203
5.5.1.	Atipicidade.....	203
5.5.2.	Rol do art. 69, § 2º, do CPC.....	203
6.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	205
6.1.	Introdução.....	205
6.2.	Sucumbência e causalidade	205
6.3.	Cabimento de condenação em honorários advocatícios.....	207
6.4.	Honorários sucumbenciais recursais	209
6.5.	Valor dos honorários sucumbenciais	211
6.6.	Condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários sucumbenciais	213
6.7.	Sucumbência recíproca	214
6.8.	Pagamento na pessoa da sociedade de advogados	214
6.9.	Termo inicial dos juros	214

6.10. Omissão da condenação em honorários advocatícios em sentença transitada em julgado	215
6.11. Legitimidade para impugnar e executar	215
6.12. Direito ao ressarcimento dos honorários contratuais	217
7. GRATUIDADE DE JUSTIÇA	219
7.1. Beneficiários da assistência judiciária	219
7.2. Benefício da gratuidade	220
7.3. Gratuidade e adiantamento de honorários periciais	221
7.4. Concessão parcial de gratuidade e parcelamento	222
7.5. Condenação do beneficiário da gratuidade	222
7.6. Procedimento	223
7.6.1. Forma do pedido de concessão da gratuidade	223
7.6.2. Indeferimento do pedido	223
7.6.3. Deferimento do pedido	224
7.6.4. Impugnação à decisão concessiva do benefício	224
7.6.5. Instrução probatória	224
7.6.6. Revogação do benefício	224
7.6.7. Recorribilidade	224
7.7. Trânsito em julgado da decisão que revoga a gratuidade	225
8. LITISCONSÓRCIO	227
8.1. Conceito	227
8.2. Hipóteses de cabimento	227
8.3. Classificação do litisconsórcio	228
8.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto	228
8.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente)	228
8.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo	229
8.3.4. Litisconsórcio unitário e simples	230
8.4. Limitação do litisconsórcio facultativo	230
8.4.1. Introdução	230
8.4.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz	231
8.4.3. Pedido da parte	231
8.4.4. Litisconsórcio recusável?	231
8.4.5. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo	232
8.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções	233
8.6. Litisconsórcio ativo necessário?	235
8.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?	237
8.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário	237
8.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo	238
8.10. Dinâmica entre os litisconsortes	238
8.10.1. Introdução	238
8.10.2. Atos de disposição de direito	239
8.10.3. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 345, I, do CPC)	239
8.10.4. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 1.005, <i>caput</i> , do CPC)	240
8.10.5. Produção da prova	241
8.10.6. A confissão e o litisconsórcio	241
8.10.7. Prazo para os litisconsortes	242
9. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	245
9.1. Intervenções típicas e atípicas	245
9.1.1. Processo/fase de conhecimento	245

9.1.1.1.	Intervenções da Lei 9.469/1997	246
9.1.1.2.	Ação de alimentos.....	246
9.1.2.	Processo/fase de execução.....	249
9.1.3.	Ação probatória autônoma.....	249
9.2.	Assistência.....	250
9.2.1.	Introdução.....	250
9.2.2.	Assistência simples (adesiva).....	250
9.2.3.	Assistência litisconsorcial (qualificada)	251
9.2.3.1.	Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo ulterior?	251
9.2.4.	Procedimento da assistência	252
9.2.5.	Os poderes do assistente simples	254
9.2.6.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	255
9.2.7.	Imutabilidade da justiça da decisão.....	255
9.2.8.	Justiça da decisão e coisa julgada	256
9.3.	Denúnciação da lide	257
9.3.1.	Conceito	257
9.3.2.	Hipóteses de cabimento.....	258
9.3.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto	258
9.3.2.2.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 125, II, do CPC).....	258
9.3.3.	Facultatividade	259
9.3.4.	Qualidade processual do denunciado	260
9.3.5.	Condenação e cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado	261
9.3.6.	Denúnciação sucessiva.....	263
9.3.7.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	263
9.3.8.	Procedimento da denúnciação pelo réu	263
9.4.	Chamamento ao processo	265
9.4.1.	Conceito	265
9.4.2.	Hipóteses de cabimento.....	266
9.4.3.	Procedimento	267
9.4.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor	268
9.5.	incidente de desconsideração da personalidade jurídica	269
9.5.1.	Introdução.....	269
9.5.2.	Momento	270
9.5.3.	Procedimento	270
9.5.4.	Recorribilidade	273
9.5.5.	Fraude à execução.....	274
9.6.	Amicus curiae	274
9.6.1.	Introdução.....	274
9.6.2.	Interesse institucional.....	275
9.6.3.	Requisitos.....	275
9.6.4.	Aspectos procedimentais	276
10.	NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E CALENDARIZAÇÃO PROCEDIMENTAL	279
10.1.	Negócio jurídico processual	279
10.1.1.	Espécies de negócios jurídicos processuais.....	279
10.1.2.	Negócios jurídicos processuais típicos.....	279
10.1.3.	Cláusula geral de negócios jurídicos processuais	280
10.1.4.	Objeto do negócio jurídico processual previsto no art. 190 do CPC.....	281
10.1.4.1.	Introdução.....	281
10.1.4.2.	Acordo procedimental.....	281

10.1.4.3.	Posições processuais	282
10.1.5.	Momento	283
10.1.6.	Requisitos formais	283
10.1.6.1.	Introdução	283
10.1.6.2.	Requisitos formais gerais do negócio jurídico	284
10.1.6.3.	Direitos que admitam a autocomposição	284
10.1.6.4.	Nulidade	285
10.1.6.5.	Inserção abusiva em contrato de adesão	285
10.1.6.6.	Vulnerabilidade	286
10.1.7.	Limites à liberdade das partes	286
10.1.7.1.	Introdução	286
10.1.7.2.	Normas fundamentais do processo	287
10.1.7.3.	Normas cogentes	288
10.1.7.4.	Desnecessidade e incapacidade de atingir os objetivos previstos em lei	290
10.1.8.	Decisão que decreta a invalidade do negócio jurídico processual	290
10.1.9.	Casuística	291
10.2.	Calendário procedimental	291
10.2.1.	Introdução	291
10.2.2.	Negócio jurídico plurilateral	292
10.2.3.	Momento de definição do calendário	292
10.2.4.	Revisão excepcional do calendário	293
11.	ATOS PROCESSUAIS	295
11.1.	Introdução	295
11.2.	Da prática eletrônica de atos processuais	295
11.2.1.	Introdução	295
11.2.2.	Atos processuais por meio eletrônico	295
11.2.3.	Prática eletrônica de atos notariais e de registro	296
11.2.4.	Garantias dos sistemas de automação processual	296
11.2.5.	Publicidade	296
11.2.6.	Acesso e participação das partes e de seus procuradores	297
11.2.7.	Garantias de natureza técnica	297
11.2.8.	Registro do ato processual eletrônico	297
11.2.9.	Regulamentação da prática e da comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico	298
11.2.10.	Caráter oficial das informações processuais prestada pelos sistemas dos tribunais	298
11.2.11.	Problemas técnicos e erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos	298
11.2.12.	Facilitação no acesso aos autos eletrônicos	299
11.3.	Dos atos das partes	299
11.3.1.	Eficácia imediata dos atos processuais	299
11.3.2.	Direito de exigir recibo	299
11.3.3.	Cotas marginais ou interlineares	299
11.4.	Dos pronunciamentos do juiz	300
11.4.1.	Pronunciamentos do juízo de primeiro grau	300
11.4.1.1.	Sentença	300
11.4.1.2.	Decisão interlocutória	300
11.4.1.3.	Despacho	300
11.4.1.4.	Decisão interlocutória x despacho	300
11.4.1.5.	Atos ordinatórios	301
11.4.2.	Pronunciamentos proferidos em tribunal	301
11.4.2.1.	Acórdão	301

11.4.3.	Requisitos formais dos pronunciamentos judiciais	301
11.4.4.	Publicação dos pronunciamentos	302
11.5.	Dos atos do escrivão ou do chefe de secretaria	302
11.5.1.	Autuação.....	302
11.5.2.	Numeração e rubrica das folhas dos autos.....	302
11.5.3.	Termo de juntada, vista e conclusão	303
11.5.4.	Métodos de registro dos atos processuais	303
11.5.5.	Formalidades materiais dos atos e termos processuais.....	303
11.6.	Do tempo dos atos processuais	304
11.6.1.	Dias úteis das 06:00 às 20:00	304
11.6.2.	Momento para a prática eletrônica de ato processual	305
11.6.3.	Atos praticados durante as férias forenses e feriados	305
11.7.	Do lugar da prática dos atos processuais.....	306
11.8.	Dos prazos	306
11.8.1.	Espécies de prazos processuais	306
11.8.2.	Comparecimento em juízo.....	307
11.8.3.	Ato praticado antes do início da contagem do prazo.....	307
11.8.4.	Contagem do prazo	307
11.8.5.	Intimação tácita por meio eletrônico	308
11.8.6.	Suspensão e interrupção do prazo.....	308
11.8.7.	Obstáculo criado pela parte contrária	309
11.8.8.	Foro onde for difícil o transporte	310
11.8.9.	Vedação à redução de prazo sem a anuência das partes.....	310
11.8.10.	Preclusão.....	311
11.8.11.	Extinção do direito de emendar o ato processual.....	312
11.8.12.	Contagem do prazo	312
11.8.13.	Indisponibilidade dos sistemas de informática.....	312
11.8.14.	Publicação no diário oficial	313
11.8.15.	Renúncia ao prazo recursal.....	313
11.8.16.	Prazos para o pronunciamento judicial.....	313
11.8.17.	Prazos para os serventuários da justiça.....	314
11.8.18.	Termo inicial do prazo	314
11.8.19.	Contagem e fluência do prazo	315
11.8.20.	Atos da parte.....	316
11.8.21.	Atos praticados por carta.....	316
11.8.22.	Excesso de prazo pelo serventuário.....	316
11.8.23.	Restituição dos autos	317
11.8.24.	Excesso de prazo pelo magistrado	317
11.9.	Comunicação dos atos processuais	318
11.9.1.	Formas de comunicação	318
11.9.2.	Citação.....	318
11.9.3.	Intimação	318
11.9.3.1.	Conceito.....	318
11.9.3.2.	Meios de intimação	319
11.9.3.3.	Responsável pela intimação.....	319
11.9.3.4.	Intimação da Fazenda Pública	320
11.9.3.5.	Intimação por meio eletrônico	320
11.9.3.6.	Intimação por publicação no órgão oficial	320
11.9.3.7.	Intimação em nome da sociedade de advogados	320
11.9.3.8.	Requisitos formais da publicação (nome da parte, do advogado ou da sociedade).....	321
11.9.3.9.	Publicação em nome de advogado indicado.....	321

11.9.3.10. Retirada dos autos de cartório	322
11.9.3.11. Alegação da nulidade.....	322
11.9.3.12. Intimação pessoal do advogado.....	322
11.9.3.13. Intimação pelo correio	322
11.9.3.14. Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria	323
11.9.3.15. Intimação por oficial de justiça	323
11.9.3.16. Intimação ficta.....	323
11.9.4. Cartas.....	323
11.9.4.1. Espécies.....	323
11.9.4.2. Carta de ordem	323
11.9.4.3. Carta rogatória.....	324
11.9.4.4. Carta precatória.....	324
11.9.4.5. Carta arbitral.....	324
11.9.4.6. Requisitos formais.....	324
11.9.4.7. Prazo para cumprimento	325
11.9.4.8. Princípio do contraditório.....	326
11.9.4.9. Caráter itinerante.....	326
11.9.4.10. Transmissão da carta por telefone.....	327
11.9.4.11. Impulso oficial.....	327
11.9.4.12. Recusa no cumprimento da carta	327
11.9.4.13. Devolução da carta.....	329
11.10. Ordem cronológica de julgamento	329
11.10.1. Introdução.....	329
11.10.2. Publicidade	330
11.10.3. Requerimento em processo já incluído na ordem de julgamento	330
11.10.4. Exceções à ordem cronológica	330
11.10.5. Dever ou faculdade?.....	331
12. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	333
12.1. Introdução.....	333
12.2. Vício e nulidade.....	334
12.3. Classificação	335
12.4. Mera irregularidade	335
12.5. Nulidades relativas.....	336
12.6. Nulidade absoluta	337
12.7. Inexistência jurídica	338
12.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades.....	339
13. TUTELA PROVISÓRIA	341
13.1. Introdução.....	341
13.2. Disposições gerais da tutela provisória.....	342
13.2.1. Introdução.....	342
13.2.2. Tutela provisória antecedente ou incidental	342
13.2.3. Efetivação da tutela provisória	343
13.2.4. Provisoriedade	344
13.2.4.1. Introdução.....	344
13.2.4.2. Revogação expressa ou tácita.....	344
13.2.4.3. Tutela provisória e agravo de instrumento	345
13.2.4.4. Fundamento e forma da revogação da tutela provisória	346
13.2.4.5. Tutela cautelar concedida em sentença	347
13.2.5. Discricionariedade e fundamentação da decisão	348

13.2.6.	Competência.....	348
13.2.6.1.	Regra de competência	348
13.2.6.2.	Críticas ao art. 299, <i>caput</i> , do CPC.....	349
13.2.6.3.	Competência e prevenção do juízo.....	350
13.2.6.3.1.	Juízo competente e prevenção.....	350
13.2.6.3.2.	Juízo incompetente e prevenção.....	350
13.2.6.4.	Competência em grau recursal e em ação de competência originária de tribunal.....	351
13.3.	Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	351
13.3.1.	Introdução.....	351
13.3.2.	Identities.....	353
13.3.2.1.	Requisitos para concessão	353
13.3.2.2.	Caução.....	354
13.3.2.3.	Responsabilidade objetiva	355
13.3.2.3.1.	Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	356
13.3.2.3.1.1.	Sentença desfavorável (art. 302, I, do CPC).....	356
13.3.2.3.1.2.	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II, do CPC).....	356
13.3.2.3.1.3.	Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III, do CPC).....	356
13.3.2.3.1.4.	Sentença de prescrição e decadência (art. 302, IV, do CPC).....	357
13.3.3.	Liquidação e execução.....	357
13.3.4.	Concessão de ofício	357
13.3.5.	Audiência de justificação.....	358
13.3.6.	Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência	358
13.4.	Tutela antecipada	359
13.4.1.	Objeto da anticipa��o	359
13.4.2.	Processos e procedimentos compatíveis.....	361
13.4.3.	Requisito negativo – irreversibilidade	362
13.4.4.	Legitimação	363
13.4.5.	Momento da anticipa��o.....	364
13.4.5.1.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	364
13.4.5.1.1.	Procedimento.....	364
13.4.5.1.2.	Estabilização da tutela antecipada	365
13.4.5.1.2.1.	Introdução	365
13.4.5.1.2.2.	Estabilização de tutela antecipada ou de tutela provisória?.....	366
13.4.5.1.2.3.	Restrição a concessão antecedente de tutela antecipada	366
13.4.5.1.2.4.	Tutela antecipada parcial	367
13.4.5.1.2.5.	Recurso do réu.....	367
13.4.5.1.2.6.	Qual � o recurso previsto no art. 304, <i>caput</i> , do CPC?.....	368
13.4.5.1.2.7.	Vontade do autor.....	369
13.4.5.1.2.8.	Litisconsórcio e assistência.....	370
13.4.5.1.2.9.	Extinção do processo.....	370
13.4.5.1.2.10.	Inexistência de coisa julgada.....	371
13.4.5.1.2.11.	A��o no prazo de 2 anos.....	371
13.4.5.1.2.12.	A��o rescisória.....	372
13.4.5.2.	Tutela antecipada requerida em caráter incidental.....	372
13.4.5.2.1.	Introdução	372
13.4.5.2.2.	<i>Inaudita altera parte</i>	372
13.4.6.	Sentença.....	374
13.4.7.	Fase recursal.....	375

13.4.8.	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	376
13.5.	Tutela cautelar.....	378
13.5.1.	Autonomia	378
13.5.2.	Sumariedade.....	378
13.5.3.	Instrumentalidade.....	379
13.5.4.	Cautelares típicas e generalidade da tutela cautelar	380
13.5.5.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	381
13.5.5.1.	Introdução.....	381
13.5.5.2.	Procedimento.....	382
13.5.5.2.1.	Petição inicial	382
13.5.5.2.2.	Contraditório na demanda cautelar.....	382
13.5.5.2.3.	Revelia	383
13.5.5.2.4.	Instrução probatória	383
13.5.5.2.5.	Sentença.....	383
13.5.6.	Coisa julgada material	384
13.5.7.	Pedido cautelar e pedido principal.....	385
13.5.7.1.	Concessão e efetivação da tutela.....	385
13.5.7.2.	Elaboração do pedido principal mesmo diante da não concessão ou não efetivação	387
13.5.8.	Cessação da eficácia da tutela cautelar.....	387
13.5.8.1.	Não dedu�o do pedido principal no prazo legal (art. 309, I, do CPC)	387
13.5.8.2.	Ausência de efetiva�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 309, II, do CPC)	388
13.5.8.3.	Improcedência do pedido principal ou extin�o terminativa do processo (art. 309, III, do CPC)	388
13.6.	Tutela da evidência.....	389
13.6.1.	Introdu�o.....	389
13.6.2.	Hipóteses de cabimento.....	389
13.6.2.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	389
13.6.2.2.	Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores.....	390
13.6.2.3.	Prova documental em a�o reipersecutória.....	391
13.6.2.4.	Prova documental sem prova do réu capaz de gerar d�vida razoável ao juiz.....	392
13.6.3.	Procedimento	392
13.6.4.	Tutela da evidência at�pica.....	392
14.	FORMA�O, SUSPENSÃO E EXTIN�O DO PROCESSO.....	395
14.1.	Forma�o do processo.....	395
14.1.1.	Forma�o gradual da rela�o jurídica processual.....	395
14.1.2.	Momento da propositura da a�o	396
14.1.3.	Litisp�nd�ncia	396
14.2.	Suspensão do processo.....	396
14.2.1.	Suspensão do procedimento	396
14.2.2.	Suspensão própria e imprópria	396
14.2.3.	Decisão de suspensão do processo	397
14.2.4.	Impugnabilidade da decisão de suspensão do processo	397
14.2.5.	Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	397
14.2.6.	Dissolu�o de sociedade.....	398
14.2.7.	Morte ou perda de capacidade processual do representante legal.....	398
14.2.8.	Morte ou perda de capacidade processual do advogado.....	399
14.2.9.	Conven�o das partes	399
14.2.10.	Argui�o de impedimento ou de suspei�o	400
14.2.11.	Admissão de incidente de resolu�o de demandas repetitivas.....	400
14.2.12.	Prejudicialidade	401

14.2.13.	Necessidade de verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada para outro juízo.....	402
14.2.14.	Força maior.....	402
14.2.15.	Acidentes e fatos da navegação de competência do tribunal marítimo.....	402
14.2.16.	Demais casos regulados pelo Código de Processo Civil.....	403
14.2.17.	Pelo parto ou adoção.....	403
14.2.18.	Pela paternidade.....	403
14.2.19.	Prazo de suspensão.....	403
14.2.20.	Vedação à prática de atos processuais durante a suspensão do processo.....	404
14.2.21.	Arguição de suspeição e impedimento do juiz.....	404
14.2.22.	Verificação da existência de fato delituoso pela justiça criminal.....	404
14.3.	Extinção do processo.....	405
14.3.1.	Extinção do processo.....	405
14.3.2.	Impropriedade do termo “extinção parcial do processo”.....	405
14.3.3.	Princípio da cooperação e extinção do processo por sentença terminativa.....	405
14.3.4.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	406
15.	PETIÇÃO INICIAL.....	407
15.1.	Introdução.....	407
15.2.	Requisitos estruturais da petição inicial.....	408
15.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial.....	408
15.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação.....	408
15.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	410
15.2.4.	Pedido.....	410
15.2.5.	Valor da causa.....	410
15.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	412
15.2.7.	Opção do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação.....	412
15.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda.....	413
16.	POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....	415
16.1.	Introdução.....	415
16.2.	Emenda da petição inicial.....	415
16.3.	Indeferimento da petição inicial.....	418
16.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação.....	418
16.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial.....	419
16.3.2.1.	Inépcia da petição inicial.....	419
16.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte.....	420
16.3.2.3.	Falta de interesse de agir.....	420
16.3.2.4.	Ausência de emenda da petição inicial.....	420
16.4.	Julgamento liminar de improcedência.....	421
16.4.1.	Introdução.....	421
16.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar.....	422
16.4.3.	Conduta do juiz.....	423
16.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar?.....	424
16.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal.....	424
16.5.	Citação.....	425
16.5.1.	Conceito.....	425
16.5.2.	Efeitos da citação.....	426
16.5.2.1.	Efeitos processuais.....	427
16.5.2.1.1.	Indução à litispendência.....	427
16.5.2.1.2.	Estabilização da demanda.....	427

16.5.2.2. Efeitos materiais.....	428
16.5.2.2.1. Tornar a coisa litigiosa	428
16.5.2.2.2. Constituição em mora do devedor	428
16.5.2.2.3. Interrupção da prescrição	429
16.5.3. Modalidades de citação	430
16.5.3.1. Correio	430
16.5.3.2. Oficial de justiça	431
16.5.3.3. Edital	433
16.5.3.4. Meio eletrônico pelo acesso à portal eletrônico.....	435
16.5.3.5. Meio eletrônico por envio de comunicação à endereço eletrônico.....	436
16.5.3.6. Comparecimento do réu em cartório	437
17. AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	439
17.1. Citação do réu para comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação.....	439
17.2. Conciliador e mediador	440
17.3. Número de sessões	440
17.4. Intimação do autor	441
17.5. Desinteresse das partes na realização da audiência.....	441
17.6. Não realização de audiência quando o direito material não admitir autocomposição.....	443
17.7. Outras hipóteses de dispensa da audiência.....	443
17.8. Desinteresse na realização da audiência e litisconsórcio	444
17.9. Ato atentatório à dignidade da justiça	444
17.10. Presença de advogado ou defensor público	444
17.11. Representante com poderes para negociar e transigir	445
17.12. Redução a termo da homologação por “sentença”.....	445
17.13. Pauta.....	445
18. RESPOSTAS DO RÉU	447
18.1. Introdução.....	447
18.2. Contestação.....	448
18.2.1. Prazo.....	448
18.2.2. Matérias de defesa.....	449
18.2.2.1. Defesas processuais	449
18.2.2.1.1. Defesas dilatórias	449
18.2.2.1.1.1. Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC)	449
18.2.2.1.1.2. Incompetência do juízo (art. 337, II, do CPC).....	450
18.2.2.1.1.3. Conexão/continência (art. 337, VIII, do CPC).....	451
18.2.2.1.2. Defesas peremptórias.....	451
18.2.2.1.2.1. Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC).....	451
18.2.2.1.2.2. Perempção (art. 337, V, do CPC).....	451
18.2.2.1.2.3. Litispendência (art. 337, VI, do CPC)	452
18.2.2.1.2.4. Coisa julgada (art. 337, VII, do CPC).....	452
18.2.2.1.2.5. Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC)	452
18.2.2.1.2.6. Carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade (art. 337, XI, do CPC)	453
18.2.2.1.3. Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	453
18.2.2.1.3.1. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC).....	453
18.2.2.1.3.2. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC)	453
18.2.2.1.3.3. Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC)	454

18.2.2.1.3.4.	Carência de ação por ilegitimidade de parte (art. 337, XI, do CPC)	455
18.2.2.1.3.5.	Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC)	457
18.2.2.2.	Defesas de mérito	457
18.2.2.2.1.	Defesa de mérito direta	457
18.2.2.2.2.	Defesa de mérito indireta	457
18.2.3.	Princípio da impugnação específica dos fatos	458
18.2.4.	Princípio da eventualidade	459
18.3.	Reconvenção	459
18.3.1.	Conceito	459
18.3.2.	Condições da ação	460
18.3.2.1.	Legitimidade de parte	460
18.3.2.2.	Interesse de agir	461
18.3.3.	Pressupostos processuais	462
18.3.4.	Procedimento	463
19.	REVELIA	465
19.1.	Conceito	465
19.2.	Efeitos	466
19.2.1.	Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros	466
19.2.2.	Desnecessidade de intimação do réu revel	468
19.2.3.	Julgamento antecipado do mérito	469
19.3.	Modificação objetiva da demanda	469
19.4.	Ingresso do réu revel no processo	470
19.4.1.	Participação do réu revel no procedimento probatório	471
19.4.1.1.	Provas causais	471
19.4.1.2.	Provas pré-constituídas	472
20.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	473
20.1.	Providências preliminares	473
20.2.	Julgamento conforme o estado do processo	474
20.2.1.	Introdução	474
20.2.2.	Extinção do processo sem a resolução do mérito	474
20.2.3.	Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 487, II e III, do CPC	475
20.2.4.	Julgamento antecipado do mérito	475
20.2.5.	Julgamento antecipado parcial do mérito	477
20.2.6.	Saneamento e organização do processo	478
21.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	483
21.1.	Introdução	483
21.2.	Procedimento	484
21.2.1.	Abertura e pregão das partes	484
21.2.2.	Conciliação (tentativa de autocomposição)	485
21.2.3.	Fixação dos pontos controvertidos	486
21.2.4.	Esclarecimentos do perito	486
21.2.5.	Depoimento pessoal	486
21.2.6.	Oitiva das testemunhas	487
21.2.7.	Debates orais	487
21.2.8.	Prolação da sentença	487
21.3.	Audiência una e contínua	487
21.4.	Adiamento da audiência	488

22. PROVAS.....	491
22.1. Teoria geral das provas.....	491
2.1.1. Conceito de prova	491
22.1.2. Espécies de prova	492
22.1.3. A verdade possível e a verossimilhança.....	492
22.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”	493
22.1.5. Direito à prova no processo civil	494
22.1.6. Objeto da prova.....	495
22.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 374 do CPC)	495
22.1.6.2. Relevância e pertinência	495
22.1.6.3. Fatos notórios	496
22.1.6.4. Fatos confessados.....	496
22.1.6.5. Ausência de controvérsia.....	496
22.1.6.6. Presunção.....	497
22.1.6.7. Prova do direito (art. 376 do CPC).....	498
22.1.7. Ônus da prova	498
22.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova.....	499
22.1.7.2. Inversão do ônus da prova.....	500
22.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova.....	501
22.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais	502
22.1.8. A produção da prova de ofício (“poder” instrutório do juiz)	503
22.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória	505
22.1.10. Valoração da prova.....	505
22.1.11. Prova emprestada	507
22.1.12. Prova ilícita.....	509
22.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas.....	510
22.1.13. Provas atípicas.....	511
22.1.14. Ação probatória autônoma.....	512
22.1.14.1. Introdução.....	512
22.1.14.2. Cabimento	512
22.1.14.3. Competência	513
22.1.14.4. Procedimento.....	514
22.2. Provas em espécie	516
22.2.1. Ata notarial	516
22.2.1.1. Introdução.....	516
22.2.1.2. Cabimento	517
22.2.1.3. Procedimento.....	517
22.2.2. Depoimento pessoal.....	518
22.2.2.1. Conceito	518
22.2.2.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	518
22.2.2.3. Consequências do depoimento pessoal.....	519
22.2.2.4. Procedimento.....	520
22.2.3. Da confissão.....	522
22.2.3.1. Conceito	522
22.2.3.2. Espécies de confissão	522
22.2.3.3. Indivisibilidade da confissão	523
22.2.3.4. Invalidação da confissão	524
22.2.4. Da exibição de documento ou coisa.....	524
22.2.4.1. Conceito.....	524
22.2.4.2. Aspectos procedimentais comuns.....	525
22.2.4.3. Procedimento contra a parte contrária.....	526

22.2.4.4.	Procedimento contra terceiro.....	528
22.2.5.	Da prova documental.....	529
22.2.5.1.	Conceito.....	529
22.2.5.2.	Documento público e sua força probante.....	529
22.2.5.3.	Documento particular e sua força probante.....	530
22.2.5.4.	Arguição de falsidade documental.....	531
22.2.5.4.1.	Natureza jurídica e objeto.....	531
22.2.5.4.2.	Procedimento.....	532
22.2.5.5.	Produção da prova documental.....	533
22.2.6.	Da prova testemunhal.....	534
22.2.6.1.	Conceito.....	534
22.2.6.2.	Cabimento.....	534
22.2.6.3.	Sujeitos que podem testemunhar.....	535
22.2.6.4.	Direitos e deveres da testemunha.....	536
22.2.6.5.	Produção da prova testemunhal.....	538
22.2.7.	Da prova pericial.....	541
22.2.7.1.	Conceito e espécies.....	541
22.2.7.2.	Cabimento.....	541
22.2.7.3.	Procedimento.....	542
22.2.7.3.1.	Indicação do perito.....	542
22.2.7.3.2.	Escusa do perito.....	544
22.2.7.3.3.	Prova pericial complexa.....	544
22.2.7.3.4.	Substituição do perito.....	545
22.2.7.3.5.	Atos preparatórios.....	545
22.2.7.3.6.	Intimação prévia das partes.....	546
22.2.7.3.7.	Apresentação do laudo.....	546
22.2.7.4.	Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	548
22.2.7.5.	Segunda perícia.....	549
22.2.7.6.	Princípio da persuasão racional e a prova pericial.....	549
22.2.8.	Da inspeção judicial.....	549
22.2.8.1.	Conceito.....	549
22.2.8.2.	Procedimento.....	550

23. SENTENÇA 551

23.1.	Conceito legal de sentença.....	551
23.2.	Classificação das sentenças.....	553
23.2.1.	Conteúdo da sentença.....	553
23.2.1.1.	Teoria ternária e teoria quinária.....	553
23.2.1.2.	Sentença meramente declaratória.....	554
23.2.1.3.	Sentença constitutiva.....	555
23.2.1.4.	Sentença condenatória.....	556
23.2.1.5.	Sentença executiva <i>lato sensu</i>	556
23.2.1.6.	Sentença mandamental.....	557
23.2.2.	Resolução de mérito.....	557
23.2.2.1.	Sentenças terminativas (art. 485 do CPC).....	557
23.2.2.1.1.	Indeferimento da petição inicial.....	557
23.2.2.1.2.	Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	558
23.2.2.1.3.	Abandono do processo.....	558
23.2.2.1.4.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	559
23.2.2.1.5.	Perempção, coisa julgada e litispendência.....	560

23.2.2.1.6.	Carência da ação.....	560
23.2.2.1.7.	Convenção de arbitragem	560
23.2.2.1.8.	Desistência da ação	561
23.2.2.1.9.	Direitos intransmissíveis.....	561
23.2.2.1.10.	Repropositura da ação.....	562
23.2.2.2.	Sentenças definitivas (art. 487 do CPC)	563
23.2.2.2.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	564
23.2.2.2.2.	Reconhecimento jurídico do pedido	564
23.2.2.2.3.	Transação	564
23.2.2.2.4.	Prescrição e decadência.....	564
23.2.2.2.5.	Renúncia.....	565
23.3.	Elementos da sentença.....	565
23.3.1.	Relatório	565
23.3.2.	Fundamentação.....	566
23.3.3.	Dispositivo.....	566
23.3.4.	Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	567
23.4.	Sentença líquida	567
23.5.	Princípio da congruência	568
23.5.1.	Conceito	568
23.5.2.	Exceções ao princípio da congruência	569
23.6.	Sentença <i>extra petita</i>	569
23.6.1.	Conceito	569
23.6.2.	Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	570
23.7.	Sentença <i>ultra petita</i>	571
23.7.1.	Conceito	571
23.7.2.	Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	571
23.8.	Sentença <i>citra petita</i> (<i>infra petita</i>)	571
23.8.1.	Conceito	571
23.8.2.	Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	572
23.9.	Situação fática no momento da prolação da sentença	574
23.10.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante.....	575
23.11.	Ações que tenham como objeto obrigação de fazer e não fazer	575
23.12.	Capítulos de sentença.....	575
24.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	577
24.1.	Natureza jurídica da liquidação	577
24.2.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis.....	577
24.3.	Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	578
24.4.	Vedação à sentença ilíquida.....	578
24.5.	Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo.....	579
24.6.	Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	580
24.7.	Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada	581
24.8.	Liquidação como forma de frustração da execução	582
24.9.	Natureza jurídica da liquidação	583
24.10.	Legitimidade ativa.....	584
24.11.	Competência.....	584
24.12.	Regra da fidelidade ao título executivo (art. 509, § 4º, do CPC).....	585
24.13.	Espécies de liquidação	586
24.13.1.	Introdução.....	586
24.13.2.	Liquidação por arbitramento	586
24.13.2.1.	Cabimento	586

24.13.2.2. Procedimento.....	587
24.13.3. Liquidação pelo procedimento comum.....	587
25. COISA JULGADA	589
25.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	589
25.2. Coisa julgada total e parcial.....	590
25.3. Conceito e natureza jurídica	590
25.4. Função negativa da coisa julgada.....	591
25.5. Função positiva da coisa julgada.....	593
25.6. Limites objetivos da coisa julgada	593
25.7. Limites subjetivos da coisa julgada.....	597
25.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	600
25.9. Coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado.....	601
25.10. Relativização da coisa julgada.....	602
25.10.1. Introdução.....	602
25.10.2. Coisa julgada inconstitucional.....	602
25.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional.....	605
25.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	608
25.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	610
26. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	613
26.1. Introdução.....	613
26.2. Consignação extrajudicial.....	613
26.3. Competência.....	614
26.4. Legitimidade	615
26.5. Objeto da demanda consignatória	615
26.6. Procedimento	616
26.7. Complementação do depósito	618
26.8. Consignação de prestações sucessivas	619
26.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito	619
26.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios	620
27. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	623
27.1. Introdução.....	623
27.2. Legitimidade	624
27.3. Natureza dúplice.....	624
27.4. Competência.....	625
27.5. Procedimento	625
28. AÇÕES POSSESSÓRIAS	629
28.1. Proteção possessória.....	629
28.2. Fungibilidade.....	630
28.3. Ação dúplice?	630
28.4. Competência.....	631
28.5. Legitimação.....	632
28.6. Exceção de domínio.....	632
28.7. Cumulação de pedidos.....	633
28.8. Procedimento	634
28.8.1. Reintegração e manutenção de posse	634
28.8.2. Interdito proibitório.....	636
28.8.3. Especialidades procedimentais no litígio coletivo pela posse	637

29. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	639
29.1. Introdução.....	639
29.2. Procedimento da ação de demarcação	640
29.3. Procedimento da ação de divisão.....	641
30. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	643
30.1. Introdução.....	643
30.2. Pretensões veiculáveis.....	644
30.3. Legitimidade ativa.....	645
30.4. Legitimidade passiva.....	646
30.5. Procedimento	646
31. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA	649
31.1. Introdução.....	649
31.2. Inventário negativo.....	650
31.3. Competência e universalidade do foro sucessório.....	650
31.4. Questões que dependam de prova não documental.....	650
31.5. Administrador provisório	651
31.6. Inventariante.....	651
31.7. Arrolamento sumário.....	653
31.8. Arrolamento comum.....	655
31.9. Procedimento do inventário.....	655
31.10. Colação.....	658
31.11. Sonegação	659
31.12. Pagamento das dívidas.....	660
31.13. Herdeiro preterido.....	660
31.14. Partilha.....	661
32. EMBARGOS DE TERCEIRO	665
32.1. Conceito	665
32.2. Legitimação	666
32.2.1. Legitimidade ativa – a condição de “terceiro”.....	666
32.2.2. Legitimação passiva	668
32.3. Competência.....	669
32.4. Prazo para propositura dos embargos de terceiro.....	669
32.5. Procedimento	670
33. OPOSIÇÃO	673
33.1. Objeto e natureza jurídica.....	673
33.2. Procedimento	674
34. AÇÃO DE HABILITAÇÃO	677
34.1. Introdução.....	677
34.2. Procedimento	677
35. AÇÕES DE FAMÍLIA	679
35.1. Cabimento	679
35.2. Incentivo às formas consensuais do conflito	679
35.3. Audiência de mediação e conciliação	680
35.4. Ministério Público.....	681
35.5. Depoimento pessoal do incapaz	681

36. AÇÃO MONITÓRIA.....	683
36.1. Conceito.....	683
36.2. Natureza Jurídica	684
36.3. Admissibilidade	684
36.4. Fazenda Pública e ação monitória	686
36.5. Incapaz e ação monitória	687
36.6. Propositura da monitória.....	687
36.7. Citação do réu.....	689
36.8. Posturas do réu	689
36.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório.....	690
36.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente.....	691
36.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	691
36.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória	692
36.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	693
36.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório.....	695
36.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório	696
36.16. Fase de cumprimento de sentença	698
37. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	699
37.1. Introdução.....	699
37.2. Natureza jurídica.....	699
37.3. Homologação extrajudicial	700
37.4. Penhor legal e autotutela.....	701
37.5. Procedimento	701
38. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	705
38.1. Declaração de abertura de avaria grossa.....	705
38.2. Oferecimento de garantias	705
38.3. Impugnação à declaração de abertura de avaria grossa	706
38.4. Levantamento de valores para o pagamento das despesas da alienação	706
38.5. Apresentação de documentos	706
38.6. Apresentação do regulamento de avaria grossa.....	706
38.7. Impugnação	706
38.8. Sentença “homologatória”	707
38.9. Regulador e perito judicial.....	707
39. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	709
39.1. Introdução.....	709
39.2. Legitimidade	710
39.3. Competência	710
39.4. Procedimento	710
40. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	713
40.1. Notificação e interpelação.....	713
40.1.1. Conceito	713
40.1.2. Natureza jurídica.....	714
40.1.3. Procedimento	714
40.1.4. Fim ilícito.....	715
40.1.5. Fim normal e anômalo.....	715
40.1.6. Averbação da notificação em registro público.....	716
40.2. Alienação judicial.....	716

40.2.1.	Conceito	716
40.2.2.	Atuação de ofício pelo juiz	716
40.2.3.	Aspectos procedimentais	716
40.3.	Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio.....	717
40.3.1.	Separação consensual e a Emenda Constitucional 66/2010.....	717
40.3.2.	Assinatura da petição inicial.....	717
40.3.3.	Requisitos formais da petição inicial.....	718
40.3.4.	Eficácia da sentença homologatória	718
40.3.5.	Homologação da extinção consensual da união estável.....	718
40.3.6.	Divórcio, separação e extinção da união estável consensuais extrajudiciais	719
40.3.7.	Autorização judicial para alteração do regime de bens do casamento.....	720
40.4.	Testamentos e codicilos	720
40.4.1.	Abertura de testamento	720
40.4.2.	Procedimento	721
40.4.3.	Cumprimento de testamento público	721
40.4.4.	Publicação do testamento particular.....	721
40.4.5.	Codicilo e espécies diferenciadas de testamento	722
40.4.6.	Cumprimento do testamento particular.....	722
40.5.	Herança jacente	722
40.5.1.	Arrecadação de herança jacente.....	722
40.5.2.	Guarda, conservação e administração da herança jacente.....	723
40.5.3.	Responsáveis pela arrecadação dos bens	723
40.5.4.	Formas de comunicação	724
40.5.5.	Conversão em inventário	724
40.5.6.	Alienação de bens	724
40.5.7.	Declaração da herança jacente.....	725
40.6.	Bens de ausentes	725
40.6.1.	Declaração de ausência	725
40.6.2.	Arrecadação e nomeação de curador	725
40.6.3.	Publicação de editais.....	726
40.6.4.	Sucessão provisória	726
40.6.5.	Pedido de citação pelo interessado	726
40.6.6.	Conversão da sucessão provisória em definitiva.....	727
40.6.7.	Regresso de ausente ou de seus sucessores	727
40.7.	Coisas vagas	727
40.7.1.	Descoberta de coisa	727
40.7.2.	Procedimento	727
40.8.	Interdição.....	728
40.8.1.	Conceito	728
40.8.2.	Natureza jurídica	728
40.8.3.	Legislação aplicável.....	728
40.8.4.	Legitimação ativa.....	729
40.8.5.	Procedimento	730
40.8.5.1.	Petição inicial.....	730
40.8.5.2.	Citação e entrevista do interditando em audiência	730
40.8.5.3.	Impugnação do pedido.....	731
40.8.5.4.	Prova pericial e “demais provas”	732
40.8.5.5.	Sentença	732
40.8.5.6.	Atos praticados pelo interditado	733
40.8.6.	Ação de levantamento da curatela.....	733

40.9. Disposições comuns à tutela e à curatela.....	734
40.9.1. Introdução.....	734
40.9.2. Formalidades da prestação de compromisso.....	734
40.9.3. Pedido de escusa pelo tutor ou curador.....	734
40.9.4. Remoção e substituição do tutor e curador.....	734
40.9.5. Decurso do prazo.....	735
40.10. Organização e da fiscalização das fundações.....	735
40.10.1. Fundações.....	735
40.10.2. Fiscalização pelo Ministério Público do estatuto social da fundação.....	735
40.10.3. Necessidade de intervenção.....	736
40.10.4. Extinção da fundação.....	736
40.11. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	736
40.11.1. Protesto e processos testemunháveis formados a bordo.....	736
40.11.2. Legitimidade.....	736
40.11.3. Competência.....	737
40.11.4. Prazo.....	737
40.11.5. Aspectos procedimentais.....	737
41. FORMAS EXECUTIVAS	739
41.1. Introdução.....	739
41.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva.....	739
41.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta).....	741
42. SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO	745
42.1. Introdução.....	745
42.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução.....	746
42.2.1. Polo ativo.....	746
42.2.2. Polo passivo.....	746
42.3. Legitimação ativa.....	746
42.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo.....	746
42.3.2. Legitimidade do Ministério Público.....	747
42.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores.....	748
42.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado.....	749
42.4. Legitimidade passiva.....	749
42.4.1. Sujeito que figura no título como devedor.....	749
42.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	750
42.4.3. Novo devedor.....	750
42.4.4. Fiador.....	750
42.4.5. Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	752
42.4.6. Responsável tributário.....	752
42.4.7. Legitimidade do responsável secundário.....	753
42.5. Intervenção de terceiros na execução.....	754
42.5.1. Intervenções típicas.....	754
42.5.2. Intervenções atípicas.....	755
43. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	757
43.1. Introdução.....	757
43.2. <i>Nulla executio sine titulo</i>	757
43.3. Patrimonialidade.....	758
43.4. Desfecho único.....	759
43.5. Disponibilidade da execução.....	760

43.6. Utilidade.....	761
43.7. Menor onerosidade	762
43.8. Lealdade e boa-fé processual	763
43.9. Contraditório.....	765
43.10. Atipicidade dos meios executivos.....	765
44. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO	769
44.1. Competência do cumprimento de sentença (título executivo judicial).....	769
44.1.1. Introdução.....	769
44.1.2. Competência executiva dos tribunais	769
44.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição	770
44.1.3.1. Exceções à regra do art. 516, II, do CPC.....	771
44.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	772
44.1.3.3. A regra do art. 516, parágrafo único, do CPC e a perpetuatio jurisdictionis.....	772
44.1.4. Competência para o cumprimento de sentença arbitral, penal condenatória, decisão homologatória de sentença estrangeira e acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo	773
44.2. Competência do processo de execução (título executivo extrajudicial).....	774
45. TÍTULO EXECUTIVO	777
45.1. Introdução.....	777
45.2. Requisitos formais da obrigação exequenda	778
45.3. Títulos executivos judiciais.....	779
45.3.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	779
45.3.2. Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	782
45.3.3. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza	783
45.3.4. Formal e certidão de partilha.....	783
45.3.5. Crédito de auxiliar da justiça quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial	784
45.3.6. Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	784
45.3.7. Sentença arbitral.....	786
45.3.8. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça	787
45.3.9. Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça	788
45.4. Títulos executivos extrajudiciais	788
45.4.1. Introdução.....	788
45.4.2. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....	788
45.4.3. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	789
45.4.4. Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.....	789
45.4.5. Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal.....	790
45.4.6. Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	790
45.4.7. Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	791
45.4.8. Crédito decorrente de foro e laudêmio	791
45.4.9. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	792
45.4.10. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, território e município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	792
45.4.11. Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em convenção de condomínio ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas	792

45.4.12. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	793
45.4.13. Todos os demais títulos, aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	793

46. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL 795

46.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial	795
46.2. Inexistência de responsabilidade pessoal	796
46.3. Bens que respondem pela satisfação na execução	796
46.4. Impenhorabilidade de bens	797
46.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana.....	797
46.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro	797
46.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC).....	798
46.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 833, II, do CPC).....	799
46.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal (art. 833, III, do CPC).....	800
46.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado (art. 833, IV, do CPC).....	800
46.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional (art. 833, V, do CPC).....	804
46.4.2.6. Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC)	805
46.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento (art. 833, VII, do CPC).....	806
46.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC)	806
46.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social (art. 833, IX, do CPC).....	807
46.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do CPC).....	807
46.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político (art. 833, XI, do CPC)	808
46.4.2.12. Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC)	808
46.5. Responsabilidade patrimonial de imóvel submetido ao regime do direito de superfície.....	809
46.6. Responsabilidade patrimonial secundária.....	809
46.6.1. Bens do sucessor a título singular	809
46.6.2. Bens do sócio, nos termos da lei.....	810
46.6.3. Bens do devedor, ainda que em poder de terceiros	811
46.6.4. Bens do cônjuge e do companheiro, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida.....	811
46.6.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução	814
46.6.6. Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores	814
46.6.7. Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	814
46.7. Fraudes do devedor.....	815
46.7.1. Fraude contra credores	815
46.7.2. Fraude à execução.....	817

47. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA..... 823

47.1. Conceito.....	823
47.2. Caução na execução provisória	824
47.2.1. Função.....	824
47.2.2. Natureza jurídica.....	824
47.2.3. Requisitos formais.....	825
47.2.4. Momento de prestação da caução.....	825
47.2.5. Atuação de ofício?	826
47.3. Dispensa da caução	826
47.4. Responsabilidade objetiva do exequente.....	828
47.5. Formalização dos autos da execução provisória	829

47.6. Cabimento de multa pelo não pagamento.....	829
47.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	830
47.8. Honorários advocatícios.....	831
48. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	833
48.1. Introdução.....	833
48.2. Aspectos procedimentais.....	833
48.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	834
48.3.1. Vontade do exequente.....	834
48.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	835
48.3.3. Onerosidade excessiva.....	836
48.3.4. Procedimento da conversão em perdas e danos.....	836
48.4. Atipicidade das formas executivas.....	836
48.4.1. Prisão civil.....	837
48.5. Multa coercitiva.....	838
48.5.1. Introdução.....	838
48.5.2. Valor da multa.....	839
48.5.3. Beneficiado pela multa.....	839
48.5.4. Fazenda Pública em juízo.....	840
48.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa.....	840
48.5.6. Exigibilidade da multa.....	842
48.5.7. Termo inicial da multa e intimação do devedor.....	844
49. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....	845
49.1. Introdução.....	845
49.2. Aspectos procedimentais.....	845
50. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA.....	847
50.1. Introdução.....	847
50.2. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença.....	847
50.3. Requerimento inicial.....	848
50.4. Aparente excesso dos cálculos.....	849
50.5. Intimação do executado.....	850
50.6. Cumprimento da obrigação.....	851
50.7. Não pagamento no prazo de 15 dias.....	852
50.7.1. Introdução.....	852
50.7.2. Fixação de honorários advocatícios.....	852
50.7.3. Aplicação de multa de 10% sobre o valor exequendo.....	853
50.7.4. Protesto extrajudicial da sentença.....	854
50.7.5. Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	855
50.7.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação.....	855
50.7.7. Termo inicial da contagem de prazo para impugnação.....	855
51. PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	857
51.1. Introdução.....	857
51.2. Execução das obrigações de fazer.....	857
51.3. Execução das obrigações de não fazer.....	860

52. PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	863
52.1. Execução de entrega de coisa certa.....	863
52.2. Execução de entrega de coisa incerta.....	865
53. PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	867
53.1. Início do processo de execução.....	867
53.1.1. Petição inicial.....	867
53.1.2. Averbação da execução.....	870
53.1.3. Pronunciamento que determina a citação do executado.....	872
53.1.4. Não localização do executado e de seus bens.....	873
53.1.5. Arresto executivo.....	873
53.1.6. Posturas do executado citado.....	874
53.2. Pagamento parcelado.....	875
53.2.1. Introdução.....	875
53.2.2. Pagamento parcelado: moratória legal?.....	876
53.2.3. Requisitos formais.....	877
53.2.4. Procedimento.....	878
53.2.5. Inadimplemento das parcelas.....	878
53.3. Penhora.....	879
53.3.1. Definição e efeitos.....	879
53.3.2. Ordem legal da penhora.....	880
53.3.3. Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito.....	883
53.3.3.1. Depósito do bem penhorado.....	883
53.3.3.2. Intimação da penhora.....	883
53.3.4. Do lugar de realização da penhora.....	883
53.3.5. Penhora de dinheiro pelo sistema SisbaJud (on-line).....	884
53.3.6. Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	888
53.3.7. Procedimento da penhora.....	889
53.3.8. Substituição do bem penhorado.....	891
53.3.9. Penhoras especiais.....	892
53.4. Avaliação.....	896
53.5. Formas de expropriação.....	898
53.5.1. Introdução.....	898
53.5.2. Adjudicação.....	899
53.5.2.1. Introdução.....	899
53.5.2.2. Sistema de adjudicação.....	899
53.5.2.3. Momento da adjudicação.....	900
53.5.2.4. Intimação do executado.....	901
53.5.2.5. Valor da adjudicação.....	901
53.5.2.6. Legitimados a adjudicar.....	901
53.5.2.7. Concurso de pretendentes à adjudicação.....	902
53.5.2.8. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar....	903
53.5.2.9. Auto de adjudicação.....	903
53.5.2.10. Adjudicação provisória.....	904
53.6. Alienação por iniciativa particular.....	904
53.6.1. Introdução.....	904
53.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	905
53.6.3. Alienação por corretor ou leiloeiro público credenciado perante a autoridade judiciária.....	905
53.6.4. Requisitos para a alienação.....	906
53.7. Arrematação.....	907
53.7.1. Introdução.....	907

53.7.2.	Requisitos formais do leilão judicial	907
53.7.3.	Publicidade do edital.....	909
53.7.4.	Comunicações do leilão judicial	910
53.7.5.	Realização do leilão judicial	911
53.7.6.	Leilão judicial por meio eletrônico.....	912
53.7.7.	Legitimados a arrematar.....	912
53.7.8.	Procedimento do leilão judicial	913
53.7.9.	Arrematação viciada	916
53.7.10.	Alienação antecipada	917
53.8.	Entrega de dinheiro ao credor.....	918
54.	EXECUÇÕES ESPECIAIS.....	921
54.1.	Execução de prestação alimentícia	921
54.1.1.	Introdução.....	921
54.1.2.	Forma executiva.....	923
54.1.2.1.	Introdução.....	923
54.1.2.1.1.	Procedimento	923
54.1.2.1.1.1.	Introdução	923
54.1.2.1.1.2.	Diferentes procedimentos.....	924
54.1.2.1.1.3.	Execução por sub-rogação	924
54.1.2.1.1.4.	Execução indireta – protesto.....	925
54.1.2.1.1.5.	Execução indireta – prisão civil	926
54.2.	Execução contra a fazenda pública	929
54.2.1.	Introdução.....	929
54.2.2.	Forma executiva.....	930
54.2.3.	Procedimento	930
54.2.3.1.	Cumprimento de sentença.....	930
54.2.3.2.	Processo de execução	932
54.2.4.	Regime dos precatórios	932
54.2.5.	Compensação em favor da Fazenda Pública.....	934
54.2.6.	Emenda Constitucional 62/2009 (a EC do calote)	934
54.2.7.	Dispensa de precatório	935
54.2.8.	Preterição no pagamento	936
55.	DEFESAS DO EXECUTADO	939
55.1.	Introdução.....	939
55.2.	Embargos à execução	939
55.2.1.	Natureza jurídica dos embargos	939
55.2.2.	Garantia do juízo	940
55.2.3.	Prazo dos embargos	940
55.2.4.	Competência.....	942
55.2.5.	Rejeição liminar dos embargos.....	942
55.2.5.1.	Intempestividade dos embargos.....	943
55.2.5.2.	Indeferimento da petição inicial	944
55.2.5.3.	Julgamento liminar de improcedência.....	944
55.2.5.4.	Embargos manifestamente protelatórios	944
55.2.6.	Efeito suspensivo	945
55.2.6.1.	Requisitos	945
55.2.6.2.	Ausência de preclusão judicial.....	947
55.2.6.3.	Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	948
55.2.6.4.	Suspensão parcial do processo	948

55.2.7.	Procedimento dos embargos à execução.....	949
55.2.7.1.	Início do procedimento	949
55.2.7.2.	Revelia.....	950
55.2.7.3.	Outras reações.....	950
55.2.7.4.	Decisão dos embargos.....	951
55.2.7.5.	Matérias que podem ser objeto de embargos à execução.....	952
55.2.7.5.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	952
55.2.7.5.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	953
55.2.7.5.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	954
55.2.7.5.4.	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa.....	956
55.2.7.5.5.	Incompetência absoluta ou relativa	956
55.3.	Impugnação	957
55.3.1.	Natureza jurídica.....	957
55.3.2.	Matérias alegáveis em sede de impugnação	957
55.3.2.1.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia.....	957
55.3.2.2.	Ilegitimidade de parte.....	958
55.3.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	958
55.3.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	959
55.3.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	959
55.3.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	959
55.3.2.7.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.....	959
55.3.3.	Procedimento	960
55.4.	Exceção e objeção de pré-executividade	962
55.4.1.	Análise histórica	962
55.4.2.	Problemas de terminologia.....	963
55.4.3.	Defesa executiva atípica	963
55.4.4.	Requisitos para a admissão da exceção de pré-executividade e objeção	964
55.4.5.	Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade.....	965
55.4.6.	Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade	966
56.	SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	969
56.1.	Introdução.....	969
56.2.	Suspensão da execução	969
56.2.1.	Causas gerais de suspensão	969
56.2.2.	Defesa típica do executado	970
56.2.3.	Prescrição intercorrente.....	970
56.2.4.	Ausência de interessados na aquisição do bem penhorado.....	974
56.2.5.	Moratória legal.....	974
56.3.	Extinção da execução.....	974
57.	PRECEDENTES JUDICIAIS.....	975
57.1.	Precedente, decisão, jurisprudência e súmula.....	975
57.2.	Jurisprudência estável, íntegra e coerente.....	977
57.2.1.	Introdução.....	977
57.2.2.	Dever de uniformização da jurisprudência.....	977
57.2.3.	Jurisprudência estável.....	978
57.2.4.	Jurisprudência íntegra	978
57.2.5.	Jurisprudência coerente.....	979
57.3.	(In)Constitucionalidade do art. 927 do CPC	979
57.4.	Eficácia vinculante.....	980

57.4.1.	Introdução.....	980
57.4.2.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	981
57.4.3.	Enunciados de Súmulas Vinculantes.....	982
57.4.4.	Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no incidente de assunção de competência.....	982
57.4.5.	Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.....	983
57.4.6.	Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.....	983
57.4.7.	Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da novidade legislativa.....	983
57.4.8.	Cabimento de reclamação.....	984
7.5.	Precedente brasileiro e precedents na tradição da <i>common law</i>	985
57.6.	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	985
57.7.	Fundamentação.....	987
57.8.	Divulgação.....	987
57.9.	Distinção (<i>distinguishing</i>).....	988
57.10.	Superação da tese jurídica (<i>overruling</i>).....	988
57.10.1.	Introdução.....	988
57.10.2.	Motivos para superação.....	989
57.10.3.	Fundamentação da decisão de superação.....	990
57.10.4.	Modulação dos efeitos da superação.....	990
57.10.5.	Procedimento.....	991
58.	ORDEM DOS PROCESSOS E RECURSOS NO TRIBUNAL.....	993
58.1.	Distribuição.....	993
58.2.	Prevenção.....	993
58.3.	Poderes do relator.....	994
58.3.1.	Introdução.....	994
58.3.2.	Direção do processo.....	995
58.3.3.	Tutela provisória.....	995
58.3.4.	Inadmissibilidade recursal.....	996
58.3.5.	Decisão monocrática que nega provimento.....	996
58.3.6.	Decisão monocrática que dá provimento.....	996
58.3.7.	Vedação de julgamento monocrático do recurso.....	997
58.3.8.	Julgamento monocrático do reexame necessário e dos processos de competência originária.....	997
58.3.9.	Demais incumbências.....	998
58.3.10.	Oportunidade de saneamento de vícios.....	998
58.4.	Fato superveniente.....	998
58.5.	Ordem no julgamento.....	999
58.6.	Sustentação oral.....	999
58.7.	Matérias conhecíveis de ofício.....	1001
58.8.	Formalidades do acórdão.....	1002
58.9.	Julgamento virtual.....	1002
58.10.	Técnica de julgamento estendido (ampliado).....	1002
58.10.1.	Natureza jurídica.....	1002
58.10.2.	Cabimento.....	1003
58.10.3.	Procedimento.....	1005
58.11.	Saneamento de vício.....	1005
59.	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	1007
59.1.	Cabimento.....	1007
59.2.	Procedimento.....	1009
59.3.	O que afinal é julgado quando o incidente de assunção de competência é admitido?.....	1010
59.4.	Microssistema de formação de precedentes vinculantes.....	1011

60. DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	1013
60.1. Controle de constitucionalidade	1013
60.2. Legitimidade ativa e momento de suscitação.....	1013
60.3. Instauração do incidente	1014
60.4. Rejeição e admissão do incidente pelo órgão fracionário	1014
60.5. Não cabimento do incidente	1015
60.6. Procedimento perante o plenário ou órgão especial	1015
60.7. Julgamento.....	1016
61. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1017
61.1. Conceito.....	1017
61.2. Legitimidade	1018
61.3. Competência para o julgamento do conflito.....	1019
61.4. Procedimento	1019
62. HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1021
62.1. Introdução.....	1021
62.2. Ação constitutiva necessária?	1021
62.3. Forma processual de homologação	1022
62.4. Decisão interlocutória estrangeira.....	1022
62.5. Homologação de sentença arbitral.....	1022
62.6. Eficácia em território nacional.....	1022
62.7. Decisão estrangeira não judicial.....	1023
62.8. Homologação parcial	1023
62.9. Tutela de urgência	1023
62.10. Execução fiscal	1023
62.11. Decisão estrangeira de divórcio consensual.....	1023
62.12. Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.....	1024
62.13. Tutela da evidência.....	1024
62.14. Requisitos indispensáveis para a homologação da decisão	1025
62.15. Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.....	1026
62.16. Competência para a execução.....	1026
62.17. Fixação de honorários advocatícios.....	1026
63. AÇÃO RESCISÓRIA	1027
63.1. Natureza jurídica.....	1027
63.2. Conceito de rescindibilidade.....	1027
63.3. Objeto da rescisão	1028
63.3.1. Decisão de mérito.....	1028
63.3.2. Decisão que não é de mérito.....	1029
63.4. Hipóteses de cabimento	1030
63.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	1030
63.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo	1030
63.4.3. Dolo ou coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei.....	1031
63.4.4. Ofensa à coisa julgada.....	1032
63.4.5. Violação manifesta de norma jurídica.....	1032
63.4.6. Prova falsa	1034
63.4.7. Obtenção de prova nova	1035
63.4.8. Erro de fato.....	1036
63.5. Fundamento para invalidar sentença homologatória de mérito.....	1037

63.6. Legitimidade	1037
63.7. Competência.....	1039
63.8. Prazo	1041
63.8.1. Prazo e termo inicial gerais.....	1041
63.8.2. Termos iniciais diferenciados.....	1042
63.9. Ação rescisória e cumprimento executivo do julgado.....	1043
63.10. Procedimento	1044
63.10.1. Petição inicial	1044
63.10.2. Reações do juiz diante da petição inicial	1045
63.10.3. Resposta do réu	1046
63.10.4. Atividade saneadora	1046
63.10.5. Fase probatória	1047
63.10.6. Manifestações finais	1047
63.10.7. Julgamento.....	1047
64. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1049
64.1. Cabimento	1049
64.2. Legitimidade para requerer a instauração do incidente	1051
64.3. Competência.....	1052
64.4. Divulgação	1053
64.5. Sujeitos com legitimidade para participar do incidente	1054
64.6. Instauração	1055
64.7. Admissão do incidente	1055
64.8. Poderes do relator.....	1057
64.9. Julgamento e seus efeitos.....	1059
64.10. Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal	1060
64.11. Juizados Especiais.....	1061
64.12. Desistência ou abandono do processo.....	1062
64.13. Recursos	1062
65. RECLAMAÇÃO	1067
65.1. Natureza jurídica	1067
65.2. Cabimento	1069
65.2.1. Forma de preservação da competência do tribunal.....	1069
65.2.2. Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal.....	1070
65.2.3. Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	1071
65.2.4. Forma de garantir a observância de súmula vinculante.....	1072
65.2.5. Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência	1073
65.2.6. Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo.....	1074
65.3. Procedimento	1075
65.3.1. Introdução.....	1075
65.3.2. Petição inicial	1076
65.3.3. Prazo.....	1077
65.3.4. Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional	1078
65.3.5. Reações dos interessados	1079
65.3.6. Julgamento.....	1080

66. CONCEITO DE RECURSO E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	1081
66.1. Introdução.....	1081
66.1.1. Sucédâneos recursais internos	1082
66.1.1.1. Reexame necessário	1082
66.1.1.2. Correição parcial	1085
66.1.1.3. Pedido de reconsideração.....	1086
66.1.1.4. Impugnação e embargos à execução.....	1087
66.1.2. Sucédâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).....	1087
66.1.2.1. Generalidades	1087
66.1.2.2. Mandado de segurança contra ato judicial.....	1087
67. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	1091
67.1. Introdução.....	1091
67.2. Objeto imediato do recurso	1091
67.3. Fundamentação recursal (causa de pedir).....	1092
67.4. Abrangência da matéria impugnada	1092
67.5. Independência ou subordinação	1093
68. EFEITOS RECURSAIS	1097
68.1. Introdução.....	1097
68.2. Efeito obstativo.....	1097
68.3. Efeito devolutivo.....	1098
68.4. Efeito suspensivo	1100
68.5. Efeito translativo	1103
68.6. Efeito expansivo	1104
68.7. Efeito substitutivo.....	1106
68.8. Efeito regressivo	1106
68.9. Efeito diferido	1106
69. PRINCÍPIOS RECURSAIS	1107
69.1. Duplo grau de jurisdição	1107
69.1.1. Conceito	1107
69.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	1108
69.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	1109
69.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?.....	1109
69.2. Taxatividade (legalidade)	1110
69.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	1111
69.4. Voluntariedade.....	1113
69.5. Dialética.....	1114
69.6. Fungibilidade.....	1115
69.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	1117
69.6.2. Inexistência de erro grosseiro.....	1118
69.6.3. Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor	1118
69.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1119
69.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	1120
69.9. Complementaridade	1121
69.10. Consumação	1122
69.11. Primazia do julgamento do mérito recursal.....	1122
70. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	1125
70.1. Introdução.....	1125
70.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	1126

70.2.1.	Cabimento.....	1126
70.2.2.	Legitimidade recursal.....	1127
70.2.2.1.	Partes.....	1128
70.2.2.2.	Terceiro prejudicado.....	1129
70.2.2.3.	Ministério Público.....	1129
70.2.3.	Interesse recursal.....	1130
70.2.3.1.	Necessidade.....	1130
70.2.3.2.	Adequação.....	1134
70.2.4.	Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	1134
70.2.4.1.	Desistência.....	1134
70.2.4.2.	Renúncia.....	1136
70.2.4.3.	Aquiescência.....	1136
70.3.	Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	1137
70.3.1.	Tempestividade.....	1137
70.3.2.	Preparo.....	1142
70.3.3.	Regularidade formal.....	1145
71.	JUÍZO DE MÉRITO	1147
71.1.	Introdução.....	1147
71.2.	Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i>	1147
71.3.	Pedido.....	1148
71.4.	Esclarecimento e integração.....	1148
72.	APELAÇÃO.....	1149
72.1.	Cabimento.....	1149
72.2.	Objeto da impugnação.....	1150
72.3.	Procedimento.....	1152
72.3.1.	Introdução.....	1152
72.3.2.	Procedimento no 1.º grau de jurisdição.....	1153
72.3.3.	Procedimento no tribunal de segundo grau.....	1155
72.4.	Novas questões de fato.....	1155
72.5.	Julgamento imediato do mérito da ação pelo tribunal no julgamento da apelação.....	1156
72.5.1.	Introdução.....	1156
72.5.2.	Teoria da causa madura.....	1157
72.5.3.	Hipóteses de novo julgamento do mérito da ação pelo tribunal.....	1158
73.	AGRAVO.....	1161
73.1.	Introdução.....	1161
73.2.	Agravo de instrumento.....	1162
73.2.1.	Cabimento.....	1162
73.2.1.1.	Rol legal de decisões interlocutórias.....	1162
73.2.1.2.	Tutela provisória.....	1162
73.2.1.3.	Decisões de mérito.....	1163
73.2.1.4.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	1164
73.2.1.5.	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	1164
73.2.1.6.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.....	1165
73.2.1.7.	Exibição ou posse de documento ou coisa.....	1165
73.2.1.8.	Exclusão de litisconsorte.....	1166
73.2.1.9.	Rejeição do pedido de litisconsórcio.....	1166
73.2.1.10.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	1166
73.2.1.11.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução...	1166

73.2.1.12. Redistribuição do ônus da prova	1167
73.2.1.13. Processos e procedimentos “retrô”	1167
73.2.1.14. “Taxatividade mitigada”	1168
73.2.2. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais	1169
73.2.2.1. Peças obrigatórias.....	1170
73.2.2.2. Peças facultativas	1171
73.2.2.3. Peças essenciais	1171
73.2.3. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	1172
73.2.4. Procedimento.....	1174
73.2.4.1. Propositura	1174
73.2.4.2. Distribuição	1174
73.2.4.3. Negativa de seguimento liminar	1174
73.2.4.4. Tutela de urgência.....	1175
73.2.4.5. Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões.....	1176
73.2.4.6. Oitiva do Ministério Público.....	1177
73.2.4.7. Julgamento do agravo.....	1177
73.2.4.8. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença.....	1178
73.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau	1180
73.3.1. Agravo interno.....	1180
73.3.1.1. Cabimento.....	1180
73.3.1.2. Procedimento.....	1180
73.3.2. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	1184
74. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1187
74.1. Natureza jurídica.....	1187
74.2. Cabimento	1188
74.2.1. Pronunciamentos recorríveis	1188
74.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração.....	1189
74.3. Procedimento	1191
74.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração.....	1192
74.4.1. Embargos de declaração intempestivos	1193
74.4.2. Reiteração abusiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios.....	1193
74.5. Embargos de declaração – intempestividade ante tempus.....	1194
74.6. Manifesto caráter protelatório.....	1194
74.7. Embargos de declaração atípicos.....	1196
74.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1197
74.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	1197
75. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	1199
75.1. Introdução.....	1199
75.2. Cabimento	1201
75.2.1. Processos internacionais	1201
75.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	1201
75.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	1202
76. RECURSO ESPECIAL	1203
76.1. Hipóteses de cabimento.....	1203
76.1.1. Pressupostos cumulativos.....	1203
76.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	1203
76.1.1.2. Decisão proferida por tribunal.....	1204
76.1.1.3. Prequestionamento.....	1206

76.1.1.4.	Relevância da questão federal.....	1207
76.1.2.	Pressupostos alternativos.....	1209
76.1.2.1.	Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	1209
76.1.2.2.	Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1210
76.1.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1210
77.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1213
77.1.	Hipóteses de cabimento.....	1213
77.1.1.	Pressupostos cumulativos.....	1213
77.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	1213
77.1.1.2.	Prequestionamento.....	1214
77.1.1.3.	Repercussão geral.....	1215
77.1.2.	Requisitos específicos.....	1220
77.1.2.1.	Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	1220
77.1.2.2.	Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1221
77.1.2.3.	Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	1221
77.1.2.4.	Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	1221
78.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	1223
78.1.	Procedimento.....	1223
78.2.	Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	1226
78.3.	Efeitos dos recursos federais.....	1227
78.3.1.	Efeito devolutivo.....	1228
78.3.2.	Efeito suspensivo.....	1229
78.4.	Julgamento por amostragem.....	1230
78.4.1.	Cabimento.....	1230
78.4.2.	Instauração.....	1230
78.4.3.	Suspensão dos processos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica.....	1231
78.4.4.	Procedimento.....	1234
78.4.5.	Eficácia <i>ultra partes</i> e vinculante do julgamento.....	1235
79.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1239
79.1.	Introdução.....	1239
79.2.	Cabimento.....	1239
79.2.1.	Acórdão embargado.....	1241
79.2.2.	Acórdão paradigma.....	1242
79.3.	Procedimento.....	1242
80.	LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1245
80.1.	<i>Vacatio legis</i>	1245
80.2.	Aplicação imediata.....	1246
80.3.	Procedimento sumário e procedimentos especiais.....	1246
80.4.	Direito probatório.....	1247
80.5.	Direito de preferência.....	1247
80.6.	Procedimento comum.....	1248
80.7.	Cadastro das pessoas jurídicas de direito público para receberem comunicações por meio eletrônico.....	1248
80.8.	Insolvência civil.....	1249
80.9.	Atos processuais eletrônicos.....	1250
80.10.	Depósitos em dinheiro.....	1250
80.11.	Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública.....	1250

80.12. Preparo recursal na Justiça Federal.....	1250
80.13. Nulidade da sentença arbitral como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença.....	1251
80.14. Juizados especiais	1251
80.15. Embargos de declaração no processo em trâmite na justiça eleitoral.....	1252
80.16. Pesquisas estatísticas periódicas pelo Conselho Nacional de Justiça.....	1252
80.17. Usucapião extrajudicial.....	1252
81. PROCESSO COLETIVO.....	1255
81.1. Tutela jurisdicional coletiva.....	1255
81.2. Microsistema coletivo	1256
81.3. Espécies de processo coletivo.....	1257
81.3.1. Processo coletivo comum.....	1257
81.3.2. Processo coletivo especial	1258
81.3.3. Processos pseudocoletivos (ações pseudocoletivas)	1259
81.3.4. Ações pseudoindividuais	1259
81.3.5. Ação de improbidade administrativa	1261
81.4. Princípios do processo coletivo.....	1266
81.4.1. Acesso à ordem jurídica justa.....	1266
81.4.2. Princípio da participação.....	1267
81.4.3. Ativismo judicial.....	1267
81.4.3.1. Sistemas inquisitivo, dispositivo e poderes do juiz.....	1267
81.4.3.2. Implementação de políticas públicas e processo estrutural.....	1269
81.4.4. Interesse no julgamento de mérito	1271
81.4.5. Disponibilidade motivada	1272
81.4.6. Não taxatividade da tutela coletiva.....	1273
81.4.7. Competência adequada.....	1274
81.5. Legitimidade	1275
81.5.1. Legitimados ativos.....	1275
81.5.1.1. Cidadão	1275
81.5.1.2. Ministério Público	1275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1277